


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006876-67.2012.8.26.0028**
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Meio Ambiente**
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Município de Potim**

CONCLUSÃO

Aos 11 de fevereiro de 2014, faço estes autos Conclusos à MM. Juiz (a) de Direito: Dr. (a).
DENISE VIEIRA MOREIRA.

Nestor Gabriel da Silva

Escrivão Judicial II

Vistos.

Trata-se de Ação Civil Pública Ambiental com pedido de tutela antecipada ajuizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face do **MUNICÍPIO DE POTIM**, representado por seu prefeito municipal, alegando, em síntese, às fls. 02/20, que o Inquérito Civil nº. 14.0700.000034/2012-1 foi instaurado para a apuração da ausência de tratamento do esgoto produzido no município requerido, com seu lançamento *in natura* nos cursos d'água. Nos autos do Inquérito Civil, o requerido informou que 84,4% do esgoto produzido na área urbana é coletado, mas o sistema de esgotamento sanitário no município é constituído apenas pela rede coletora, ou seja, o esgoto, apesar de ser coletado, não é tratado. O Município informou que em 1997 recebeu recursos para a construção da Estação de tratamento, recursos estes destinados ao tratamento de 50% do esgoto coletado e que em 2001 foi elaborado projeto para a Estação de Tratamento de Esgoto. Em 2004, com o "Programa Água Limpa", o requerido apresentou projeto complementar, mas as obras foram paralisadas, as instalações depredadas e a área em que se encontra instalado o prédio padrão tem sofrido constantes alagamentos, além de erosão da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Em 2011, o Município recebeu recursos para a reavaliação e readequação do projeto já existente, pretendendo, em 2012, a contratação de empresa para a elaboração dos estudos e projetos referentes ao afastamento e tratamento de esgoto e, em 2013, a captação de recursos para as


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

obras civis, colocando em prática o plano de coletar e tratar 100% do esgoto produzido no Município. A CETESB realizou vistoria no local e elaborou parecer técnico, em 20/09/2012, informando que os esgotos do Município requerido permanecem sendo lançados no Rio Paraíba do Sul e afluentes, pois o sistema de coleta e tratamento do esgoto ainda não foi concluído. No relatório da CETESB constou, ainda, que 75% da população do Município estão na zona urbana e que a rede de coleta de esgoto atende a 80% dessa população, gerando carga orgânica potencial de 792 DBO/dia. Apenas pequena parcela desta carga tem tratamento por sistema de fossas sépticas e filtros anaeróbios, no bairro Miguel Vieira, correspondente a, aproximadamente, 5% da população urbana. A carga orgânica remanescente lançada de forma difusa aos corpos d'água, portanto, é de aproximadamente, 773 DBO/dia, de acordo com a agência ambiental. Proposto compromisso de ajustamento de conduta ao Município, o mesmo foi infrutífero, pois o requerido deseja solucionar a questão em análise no prazo de 05 anos. Inviável aguardar-se o prazo proposto pelo Município, já que o lançamento de esgoto *in natura* acarreta danos ao meio ambiente, à qualidade das águas, ao equilíbrio da flora e fauna e à saúde da população por potencializar doenças transmitidas por veiculação hídrica. Requereu a antecipação da tutela para que o réu seja compelido a executar todas as obras, serviços e providências necessários à implantação e funcionamento em sua integral capacidade dos sistemas de captação e tratamento do seu esgoto, disponibilizando rede de coleta e tratamento de esgoto a toda sua população e vias públicas do Município até a data de 31 de dezembro de 2015, bem como que o réu seja compelido a abster-se de lançar ou deixar cair esgoto sem o devido tratamento nos cursos d'água do Município a partir do dia 31 de dezembro de 2015, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Por fim, requereu a procedência da ação para o fim de condenar o requerido: (1) à obrigação de não fazer consistente em abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento nos cursos d'água do Município de Potim, a partir de 31/12/2015; (2) à obrigação de fazer consistente em adotar todas as obras, serviços e providências necessários à implantação e funcionamento em sua integral capacidade do sistema de esgotamento sanitário do Município de Potim, com vistas à disponibilização da rede de coleta e tratamento de esgoto a toda a população e vias públicas do Município, até o dia 31/12/2015; (3) à obrigação de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

fazer consistente em compensar os danos ambientais que, no curso do processo, porventura se mostrarem técnica, absoluta ou parcialmente, irrestauráveis ou irrecuperáveis; (4) à obrigação de fazer consistente em compensar os danos ambientais intercorrentes, entendidos estes como aqueles oriundos da demora entre o dano e sua efetiva reparação; (5) à obrigação de dar, consistente em indenizar os danos que, mediante justificativa técnica, porventura não puderem ser compensados, nos termos dos pedidos acima, em quantia a ser fixada por perícia e a ser destinada ao Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados; (6) ao pagamento de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), se ao término do prazo fixado por sentença, o requerido descumprir as obrigações de fazer ou não fazer - enquanto durarem seus efeitos - indicadas, com correção monetária, pelos índices oficiais até seu efetivo adimplemento, destinada ao Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Juntou o Inquérito Civil (fls. 21/96).

A decisão de fls. 97/98 deferiu o pedido de tutela antecipada.

O requerido interpôs agravo de instrumento (fls. 105/108 e fls. 111/125) e as decisões de f. 109 e f. 128 mantiveram a decisão agravada, pelos próprios fundamentos. O recurso foi recebido apenas no efeito devolutivo (f. 128) e foi lhe dado parcial provimento (fls. 299/303).

O requerido, devidamente citado (f. 102 vº), ofertou contestação e procuração às fls. 135/144, alegando, em sede de preliminar, a carência da ação pela impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, alegou, em síntese, que antes da instauração do Inquérito Civil, já vinha adotando providências à implantação do tratamento do esgoto coletado. É impossível ao requerido cumprir as obrigações, objeto da presente, no prazo pretendido, já que são necessários recursos estaduais e federais para a execução do projeto. Por esta razão que foi proposta ao Ministério Público a execução do projeto no prazo de 05 anos, sob pena de se colocar em risco a manutenção de serviços essenciais. Por fim, requereu o acolhimento da preliminar e, caso superada a preliminar, a total improcedência da ação. Subsidiariamente, requereu, no caso de procedência da ação, que o prazo para o cumprimento da obrigação seja estipulado de acordo com a prova técnica.

Anoto a presença de réplica às fls. 146/163.

Instadas as partes a especificarem provas (f. 165 vº), o requerido se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

manifestou às fls. 167/168, requerendo a produção de prova pericial, documental e testemunhal. Por sua vez, o autor se manifestou às fls. 170/174, requerendo a inversão do ônus da prova, com a produção de prova pericial e documental.

O feito foi saneado pela decisão de fls. 176/180.

O requerido ofereceu quesitos, às fls. 187/190, para a realização da perícia.

Vieram aos autos, o laudo pericial de fls. 194/292 e o cronograma das intervenções para o afastamento e tratamento de esgoto de f. 313.

O requerido se manifestou acerca do laudo pericial às fls. 309/312 e o autor, às fls. 339/343.

É o Relatório.
Fundamento e DECIDO.

As provas testemunhais e documentais requeridas são desnecessárias, na medida em que somente se prestariam a reiterar os argumentos já constantes dos autos, demonstrando-se suficientes a prova documental e pericial, já produzidas nos autos.

Dessa forma, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, por serem desnecessárias outras provas, além daquelas já produzidas nos autos, uma vez que o laudo pericial esgota a instrução probatória útil ao deslinde do feito.

Nesse sentido, confira-se: “*Constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador, incorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia*” (STJ-4a Turma, Ag. 14.952-DF-AgRg, Rel. Min Sálvio de Figueiredo, j. 4.12.91, v.u., DJU 3.2.92, p. 472).

A preliminar arguida foi devidamente apreciada e afastada na decisão de fls. 176/180.

No mérito, os pedidos são procedentes em parte.

Trata-se de ação civil pública ambiental movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face do Município de Potim, representado por seu Prefeito Municipal, objetivando, em síntese, o tratamento do esgoto coletado no Município antes de seu escoamento nos cursos d’água.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

Inicialmente, observo que as consequências do vergonhoso dano ambiental causado pelo escoamento de esgoto sem o devido tratamento nos cursos d'água são drásticas e catastróficas para a presente e as futuras gerações.

A falta de tratamento do esgoto despejado nos cursos d'água traz sérios danos, não somente às águas, mas, também, à fauna, à flora e à saúde das pessoas. A espuma tóxica gerada pelo escoamento do esgoto não tratado nos rios causa grave poluição do ar, o qual será respirado ao longo de todo o curso do rio e além, atingindo inúmeras pessoas, porquanto o mau cheiro e a toxidade do gás sulfídrico gerado pela falta de oxigênio do rio, também causam danos pela inalação do famigerado composto.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a saúde ambiental está relacionada com todos os fatores físicos, químicos e biológicos externos de uma pessoa. Isso significa que engloba fatores ambientais que poderiam incidir na saúde e se embasa na prevenção das enfermidades e na criação de ambientes propícios para saúde. Expressão de direito fundamental de terceira geração, na conhecida classificação de NORBERTO BOBBIO, nossa Constituição da República não protege somente a vida, mas o direito à *qualidade de vida*, de modo a se permitir a vida plena do indivíduo em consonância com o princípio cardeal do ordenamento, que é o da *dignidade humana* (CF, art. 1º, III).

No mesmo sentido é o ensinamento de ÉDIS MILARÉ, para quem: *“Portanto, o direito à vida deve iluminar os caminhos trilhados pelos criadores e aplicadores da lei: deve ser a meta maior a ser tida, na concretização dos demais direitos. No entanto, o Constituinte de 1988 transcende o próprio direito à vida: do conjunto das normas constitucionais depreende-se que o indivíduo tem direito não simplesmente à vida, mas à qualidade de vida, em ordem a possibilitar a realização plena da personalidade humana. Há pressupostos para isso; há requisitos mínimos para que o homem possa viver com dignidade, em um ambiente saudável. Nesse sentido, não existe qualidade de vida sem qualidade ambiental, e é exatamente esse liame indissociável entre os dois conceitos que erige o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a direito humano fundamental e, mais que isso, a uma das espécies dos chamados direitos personalíssimos. Assim, é possível afirmar que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é pressuposto lógico e inafastável da realização do direito à “sadia qualidade de vida” e,*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

em termos, à própria vida. Por isso, ele pode ser exercido por todos, seja coletivamente (interesse difuso), seja pela pessoa humana individualmente considerada (direito subjetivo personalíssimo).

A Constituição Federal inovou quando trouxe em seu bojo a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desse modo, qualquer um que viole tal direito estará a violar direitos subjetivos dos sujeitos.

Nessa seara de entendimento é o ensinamento de José Robson da Silva: “A Constituição Federal de 1988 inovou o sistema de salvaguardas ambientais. No capítulo VI (Do meio ambiente) do Título VIII (Da ordem social) está gravado que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A normativa constitucional afirma que todos têm direito ao meio ambiente, mas não a qualquer ambiente e sim ao meio ambiente equilibrado. Integra, portanto, a esfera jurídica dos sujeitos o direito ao equilíbrio ambiental. Nesta linha de amarração, qualquer um que viole tal normativa está a violar direitos subjetivos dos sujeitos. O raciocínio que aqui se estampa prende-se ao plano da eficácia da norma e certamente não desvincula a uma titularidade proprietária. O direito ao ambiente ecologicamente equilibrado é direito subjetivo de ordem material e alcança a seara dos direitos fundamentais. O equilíbrio ambiental é crucial para que as personalidades possam ter o curso normal de desenvolvimento. Nas grandes e médias cidades, os desarranjos emocionais e físicos provocados pela poluição (sonora, atmosférica, hídrica etc.) afetam sim toda a sociedade e o indivíduo em particular. Subtrair do sujeito o direito subjetivo ao equilíbrio ambiental é desvirtuar a eficácia social da norma constitucional”. E prossegue o Autor: “A resposta que se anuncia não afirma uma dicotomia ou confrontação conceitual (direito subjetivo versus interesses difusos) montada em diferentes perspectivas de cunho filosófico; procura-se evidenciar que as perspectivas teleológicas do direito na temática ambiental apontam para concreção social do equilíbrio ambiental, da tutela da natureza. Com isso, o descarte puro e simples de um conceito que espelha a individualidade, como é o caso do direito subjetivo, parece colocar o sujeito num plano inferior e alçar como valor supremo do jurídico a totalidade, a sociedade e, num lugar menor, o indivíduo. Se assim for, prescinde-se de um valioso instrumento de combate à degradação, além de promover um distanciamento do Ser, visto


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

que a sociedade não exorcizou o indivíduo nem o lançou a um esquecimento: ao contrário, a cada dia salienta posturas de cunho individualista. (...) O ambiente equilibrado como um direito fundamental pode ser um instrumento de realização da personalidade da pessoa em vários sentidos". Até porque, como salienta Pietro Perlingieri, "a consideração do meio ambiente ecologicamente equilibrado não como um direito subjetivo e sim apenas como um direito difuso parece que trilha por um caminho em que a proteção deste direito é uma tarefa apenas de entidades que representam ou se apresentam como representantes ou defensores do ambiente. Não se pode descuidar que o ambiente ecologicamente equilibrado está inelutavelmente interligado com o direito à saúde. Considerar-se-ia, assim, o direito à saúde apenas como um interesse difuso. O ambiente equilibrado (...) se vincula com o fortalecimento da pessoa humana". (Direito do Ambiente, 8ª ed., São Paulo, RT, 2013, pp. 120-122).

O requerido, em uma tentativa de se esquivar de sua responsabilidade, alegou que o laudo pericial faz menção à necessidade de ações urgentes frente à atual situação do saneamento básico ambiental do Município, devendo-se tratar não somente o esgoto, mas também a água.

Tal assertiva faz-se apenas para ratificar as alegações trazidas pelo Ministério Público em sua inicial, já que "uma coisa não exclui a outra", pois por saneamento básico, entende-se "*o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas*" (GUILHERME JOSÉ PURVIN DE FIGUEIREDO, in Curso de Direito Ambiental, Ed. RT, 6ª Ed., p. 550). Grifei.

Dessa forma, o próprio requerido reconheceu a necessidade urgente de se executar projetos que visem ao tratamento do esgoto antes de seu despejo nos cursos d'água.

Com efeito, o laudo pericial, às f. 290, concluiu que: "*Nessa toada, o quadro atual de saneamento básico ambiental no município de Potim, exige ações urgentes do Poder Público Municipal, a saber: Construção de uma ETA a partir de um curso d'água superficial, na medida em que a atual (subterrânea) mostrou-se*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

definitivamente imprópria; Substituição da rede de distribuição nos percentuais que tangenciam a vida útil; Construção de uma ETE visando tratamento de 100% dos dejetos líquidos gerados no município; Redimensionamento e substituição da rede coletora de esgotos nos percentuais que tangenciam a vida útil; Implantação de programa de coleta e destinação de dejetos sólidos; Implantação de programas de macrodrenagem.”.

O laudo atesta, ainda, que a taxa de mortalidade da população potinense é 63% maior que a média de todo o Estado de São Paulo e, em contrapartida, a taxa de longevidade no município é 67% menor que a média do Estado (f. 288).

Tais índices são altíssimos e assustadores, o que denota a necessidade de se tomar ações urgentes quanto ao saneamento básico no Município de Potim, seja no tocante ao tratamento da água ou do esgoto, já que o *expert* relatou, às f. 270, o quanto segue: “*O dano ambiental está intimamente ligado com a longevidade diminuta da população residente no município.*”.

Como já referido acima, a espuma que se forma em decorrência do escoamento de esgoto sem o devido tratamento nos rios é altamente prejudicial à saúde da população, visto que a inalação do gás sulfídrico, gerado pela falta de oxigenação das águas dos rios, é altamente tóxica. Isso sem se falar nos prejuízos causados às águas, à fauna, à flora e ao ar.

Daí porque de suma importância o acolhimento dos pedidos iniciais, pois o que se busca tutelar nos autos não é só o direito à vida, mas o direito da população potinense de viver com qualidade.

Não se desconhece o fato de que a execução do projeto reclamado nos autos terá um custo alto, mas também, não se desconhece a possibilidade do Município requerido realizar convênios e parcerias para a execução desse projeto. O que não se pode admitir é a permanência da notória inércia do Município para tornar realidade o tratamento de esgoto.

Quanto ao prazo para cumprimento das obrigações, há de se considerar que o prazo pleiteado na exordial é realmente exíguo, tal como ventilou o acórdão de f. 299/303, diante da nula capacidade de investimento do Município constatada pelo laudo pericial de f. 193/292, notadamente as f. 281/283.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

Por sua vez, há de se ter em vista que o Município não detém recursos próprios suficientes para a realização de tais obras sendo necessária a contratação com terceiros, conforme bem salientado no laudo pericial às f. 287.

Contudo, inviável acolher-se o cronograma apresentado pelo Município às f. 313 em atendimento ao acordão do agravo de instrumento de f. 293/303 o qual prevê o início das obras somente para a próxima Administração e o termino da execução das obras para tratamento de esgoto em 2040 (!!!!) imputando a responsabilidade, portanto, aos futuros governantes, o que não se admite.

No mais, frise-se que a atual Administração governa desde o ano de 2009 e nada fez a respeito do tratamento de esgoto cabendo a ela a solução de tão grave e urgente problema.

Assim, sopesando os elementos acima apontados e mediante o uso das regras de experiência (CPC, art. 335), autorizado pela analogia (art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, vimos por bem fixar o termo final para cumprimento das obrigações estabelecidas na presente sentença o dia 31/07/2016, concedendo à Administração prazo de mais de 02 anos para captação de recursos e execução da obra, prazo bastante razoável para conclusão das mesmas.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto e o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos deduzidos na presente Ação Civil Pública Ambiental movida pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face do **MUNICÍPIO DE POTIM**, representado por seu Prefeito Municipal, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o Município requerido: **(A)** à obrigação de não fazer consistente em abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento nos cursos d'água do Município de Potim, a partir de 31/07/2016; **(B)** à obrigação de fazer consistente em adotar todas as obras, serviços e providências necessários à implantação e funcionamento em sua integral capacidade do sistema de esgotamento sanitário do Município de Potim, com vistas à disponibilização da rede de coleta e tratamento de esgoto a toda a população e vias públicas do Município, até o dia 31/07/2016; **(C)** à obrigação de fazer consistente em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE APARECIDA
FORO DE APARECIDA
2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

compensar os danos ambientais que, porventura se mostrarem técnica, absoluta ou parcialmente, irrestauráveis ou irrecuperáveis, a serem apurados em fase de liquidação de sentença; **(D)** à obrigação de fazer consistente em compensar os danos ambientais intercorrentes, entendidos estes como aqueles oriundos da demora entre o dano e sua efetiva reparação, a serem apurados em fase de liquidação de sentença; **(E)** à obrigação de dar, consistente em indenizar os danos que, mediante justificativa técnica, porventura não puderem ser compensados, nos termos acima, em quantia a ser fixada por perícia em fase de liquidação de sentença, quantia essa a ser destinada ao Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados; **(F)** ao pagamento de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) devida em caso de descumprimento de qualquer das obrigações de fazer ou não fazer ora impostas ao requerido, enquanto durarem seus efeitos, com correção monetária, pelos índices oficiais até seu efetivo adimplemento, destinada ao Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados.

Diante do apurado no laudo pericial acostado aos autos, o qual relata as péssimas condições de saúde de Potim em virtude da ausência de tratamento de esgoto e da má qualidade da água, acarretando à população índices de mortalidade infantil e expectativa de vida alarmantes - isto é, que crianças e a população em geral estão morrendo em virtude da omissão estatal quanto ao tratamento de esgoto e ausência de saneamento básico - conforme se observa às f. 266/277, inviável aguardar-se o trânsito em julgado da presente para a tomada de providências pela Administração. Assim, diante da urgência da medida, **concedo a tutela antecipada** a fim de determinar que o Município de Potim execute todas as obras, serviços e providências necessários à implantação e funcionamento em sua integral capacidade dos sistemas de captação e tratamento do seu esgoto, disponibilizando rede de coleta e tratamento de esgoto a toda a sua população e vias públicas do Município até a data de 31/07/2016, bem como que o réu seja compelido a abster-se de lançar ou deixar cair esgoto sem o devido tratamento em qualquer curso d'água a partir do dia 31/07/2016, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Determino que o réu apresente cronograma de execução das obras em conformidade com o aqui decidido no prazo de 30 dias a contar da intimação da presente e informe a este Juízo, por ofício, a cada 60 dias a contar de sua intimação para cumprimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE APARECIDA

FORO DE APARECIDA

2ª VARA

Av. Padroeira do Brasil, 180, . - São Roque

CEP: 12570-000 - Aparecida - SP

Telefone: (12) 3105-3352 - E-mail: aparecida2@tjsp.jus.br

da presente liminar, independente de nova intimação, quais as providências que vem sendo tomadas para cumprimento da medida liminar ora concedida, sob pena de desobediência e multa diária de R\$ 500,00 em caso de atraso.

Diante da sucumbência majoritária, condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais, sendo incabíveis honorários advocatícios.

Arbitro os honorários periciais definitivos em R\$12.500,00. Intime-se o requerido para depósito dos honorários periciais no prazo de 10 dias. Com o depósito, expeça-se guia de levantamento em favor do perito.

Após eventual recurso voluntário, nos termos do artigo 475, § 1º, do Código de Processo Civil, encaminhem-se os autos ao E, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para reexame necessário, com nossas homenagens usuais.

P.R.I.C.

Aparecida, 22 de maio de 2014.

DENISE VIEIRA MOREIRA

JUÍZA DE DIREITO

E.T.: Somente hoje em virtude de invencível acúmulo de serviço a que não dei causa.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA